



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13118 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

ESCOLAS PÚBLICAS MILITARIZADAS NO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO SOBRE DISCIPLINA A PARTIR DO OLHAR DO ESTUDANTE

Mariana Teixeira dos Santos - UnB - Universidade de Brasília

ESCOLAS PÚBLICAS MILITARIZADAS NO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO SOBRE DISCIPLINA A PARTIR DO OLHAR DO ESTUDANTE

RESUMO

Este artigo busca analisar a perspectiva dos estudantes acerca da disciplina dentro de escolas públicas militarizadas do Distrito Federal (DF). Para tanto, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, tendo como abordagem o Estudo de Caso da realidade do DF, sendo conduzidos três grupos focais com estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os resultados indicaram que o cumprimento das regras se dá pelo medo das sanções aplicadas, e não pela compreensão e significado das normas escolares. Ademais, foi possível observar que a concepção de cultura disciplinar das escolas pesquisadas não converge com os propósitos da educação pública do DF.

Palavras-chave: gestão compartilhada, escola cívico-militar, disciplina, militarização da educação.

INTRODUÇÃO

Em 2021, a pesquisa *Global Peace Index*, que busca organizar uma listagem global da paz, registrou o Brasil como o país com o maior índice de medo de violência do mundo, pois quase 83% dos brasileiros afirmaram estar preocupados com a possibilidade de serem vítimas de algum crime de cunho violento. A pesquisa o situou na 128ª colocação em comparação com os outros 163 países analisados no quesito nível de paz no território nacional, medido a partir do nível de segurança e proteção social; a extensão do conflito doméstico e internacional em andamento; e o grau de militarização.

Nessa direção, ao pensarmos a escola enquanto instituição social, também a relacionamos com problemáticas que percorrem a estrutura da sociedade. Isso posto, a partir da busca por novas formas de configuração do espaço escolar, observamos, no cenário nacional, um crescimento da militarização de escolas públicas de educação básica no Brasil. A gestão dessas instituições passa a incluir militares para compor e atuar na educação escolar, fenômeno que ficou comumente conhecido como *militarização das escolas públicas*.

Além dos estudos realizados sobre a temática da militarização de escolas públicas de educação básica. Cabe ressaltar, também, a mobilização por parte da sociedade civil, entidades e movimentos sociais, por exemplo, o Observatório das Escolas Militarizadas (OEM), que objetiva monitorar, levantar informações e promover ações de intervenção contra possíveis violações de direitos.

Visando contribuir com essa discussão, o objetivo deste estudo é analisar a perspectiva dos(as) estudantes acerca da disciplina dentro de escolas públicas militarizadas do DF. A indisciplina escolar pode estar indicando uma falta de adaptabilidade dos estudantes, enquanto sujeitos históricos, que não se reconhecem como parte da instituição, ou até mesmo uma tentativa de apropriação e mudança do espaço escolar.

A Gestão Compartilhada (GC), como é denominado o modelo aplicado no DF, passou a ser executada no início do ano de 2019 por meio da parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF). Dessa forma, as escolas passam a ter em sua gestão as Forças Armadas, a Polícia Militar e/ou Corpo de Bombeiro Militar.

METODOLOGIA

Foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, com a abordagem de Estudo de Caso (CRESWELL, 2010), tendo como enfoque a GC. Foram realizados três grupos focais, com até oito estudantes dos Colégios Cívico-Militares do DF, sendo dois com estudantes do 9º do Ensino Fundamental e um com estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. O questionário dos grupos focais foi estruturado em eixos temáticos, subdivididos em categorias. As respostas referentes aos pontos discutidos durante os grupos focais foram interpretadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977). Cabe ressaltar que esta

pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (CHS) da Universidade de Brasília – UnB.

O QUE DIZEM OS ESTUDANTES

Dentro da categoria disciplina discutimos questões pertinentes ao comportamento, sentimento relacionado à presença dos militares e falta de disciplina escolar. Uma das conjecturas evidenciadas em tantos outros trabalhos, acerca da disciplina dentro do contexto de militarização educacional é que o entendimento disciplinar das corporações militares não abarca a complexidade do espaço escolar, bem como dos sujeitos ali presentes. Inicialmente procuramos saber se houve mudança de comportamento após a chegada dos militares.

Em relação ao comportamento, identificamos um apontamento para a ineficácia da vigilância, pois os estudantes não deixam de fazer algo considerado “errado” porque entendem que é errado e que vai impactar na dinâmica coletiva que tem o espaço escolar e a sociedade em si, mas pelo medo da sanção que podem sofrer, dessa forma, não há indícios de que houve aprendizagem sobre a necessidade de seguir regras.

Circunstâncias envolvendo conflitos e agressões verbais com ameaças de agressões físicas foram relatadas levantando indagações sobre a manifestação por disputa de poder, pela afirmação da autoridade e principalmente da masculinidade, e como esta é representada dentro da divisão social dos papéis de gênero. Para Saffioti (1987, p.10) e a ampla teoria que abarca a sociologia do gênero, a identidade social da mulher e do homem é construída a partir de funções distintas impostas pela sociedade com base na categoria sexo, delimitando os campos de atuação da mulher e o espaço de atuação do homem. A construção do privilégio masculino, conforme Saffioti (1987), vem associada não apenas ao êxito econômico, mas a ser macho, processo este que ela define como a castração do homem.

Paralelamente à teoria de Saffioti (1987), podemos empiricamente identificar os elementos e o processo de “ser macho” na citação do estudante: “Tem que bater forte. Você é homem. Eles sempre falavam isso ‘bate forte que vocês são homens’”. A afirmação do comportamento de “ser homem e macho” em muitos momentos coloca este em lugares de conflito, unicamente por uma questão moral “homens se comportam desta forma”, reforçando o estereótipo de padrão heteronormativo, atribuindo como natural atitudes agressivas.

Na tentativa de manter o *status*, é preciso a todo custo reforçar a masculinidade, mesmo que estes comportamentos coloquem o homem em situações de perigo. É notável lembrar que estamos aqui falando do processo educacional de jovens periféricos que estão passando por um importante marco de desenvolvimento do ser humano, tanto em questões biológicas como de interação social, e estes estão tendo comportamentos tóxicos como referência de masculinidade.

Tendo em vista que os militares representam o Estado e detêm o poder do exercício da

violência legítima (WEBER, 1996), acaba-se por criar um fetiche em torno do comportamento militar com a imposição da ordem pelo autoritarismo, pela agressividade e não pela autoridade, evidenciada pelas perspectivas de Arendt (2013) e Freire (1996), uma vez que os estudantes se sentem oprimidos e a obediência é alcançada pelo medo, seja da violência policial, das penalidades previstas no regulamento disciplinar, nas ameaças de encaminhamento para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) ou pelo estigma de quem não se enquadra nas orientações de um colégio militarizado por ser um potencial infrator.

É evidente pelos discursos dos estudantes que a disciplina militar traz questões descompassadas ao espaço escolar, pois em mais de uma unidade educacional, foi necessária a troca do corpo da gestão disciplinar devido aos embates e abusos aos quais os nossos estudantes estavam sendo submetidos. Isso reforça o despreparo e a falta de formação pedagógica para o exercício profissional interligado à educação.

A última categoria do eixo temático traz os mecanismos e ferramentas utilizados em situações em que há o descumprimento das regras, o que estamos denominando de falta de disciplina. Nesse sentido, questionamos os estudantes sobre os procedimentos quando há quebra das regras estipuladas. Além das atividades pedagógicas sendo utilizadas como instrumento de penalidade disciplinadora por aquele que não tem competência ou legitimidade para tanto.

Aqui nos deparamos com uma situação sem previsão legal ou embasamento teórico-pedagógico, que não a pedagogia do medo (MAESTRI, 2004) e a violação de Direitos Humanos, em que houve relato de estudantes serem submetidos a atividades tais como limpeza de mesas, cadeiras e capinar terreno. E apesar das implicações jurídicas e administrativas no momento, trago uma reflexão mais subjetiva: que memórias estamos construindo para estes estudantes? Quais as correlações que estão sendo criadas com a escola? E mais, quais as interpretações e estereótipos que estão sendo apresentados aos estudantes sobre o ser militar?

É certo que as escolas militarizadas buscam trabalhar com um padrão de estudante, aquele que não se adequa pode ser transferido, porém, para onde? Quando observamos nos discursos a falta de adequação e adaptação às novas regras, é importante ponderar se essas regras estão sendo estabelecidas para melhoria do espaço e não como forma de padronização dos comportamentos para facilitar a aplicação metodológica que não considera a diversidade do processo de ensino e aprendizagem.

Quando analisamos os discursos dos estudantes, a disciplina imposta não é a que possibilita adquirir habilidades e conhecimentos, mas a que objetiva apenas a padronização dos comportamentos. Ela é comum para instituições militares, de acordo com a leitura de Carvalho (1996), para a polícia assegurar o seu objetivo fim, mas a escola possui outro desígnio, necessitando de comportamentos diversos, pois o processo de ensino e

aprendizagem é uma variável, exige metodologias diferenciadas, viabilizadas por uma outra forma de disciplina capaz de construir novas práticas, o que nos instiga a repensar o papel da escola no contexto da GC como disciplinadora.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados até o momento, dos dados levantados, das discussões teóricas, foi possível constatar primeiramente que não há como promover divisão entre pedagógico e disciplinar, pois ambos perpassam o processo de ensino e aprendizagem, que demanda profissionais capacitados.

Observamos também o crescimento desse fenômeno dentro das instituições civis, e o aumento exponencial do quantitativo de escolas militarizadas a partir de 2019 (SANTOS, 2020) enquanto política governamental, que não necessariamente reflete avanços ou uma gestão dos recursos públicos e humanos de forma eficiente, efetiva e eficaz. No âmbito do DF, conforme solicitado pela PROEDUC, a SEEDF e a SSPDF não conseguiram apresentar evidências de que a GC tem impactado a melhoria da qualidade da educação, revogando a Nota Técnica nº. 001/2019 – PROEDUC/MPDFT, devido ao novo entendimento de que há uma incompatibilidade entre a disciplina militar, o art. 206 da CF e o ECA. Também há desvio de função dos militares e falta de formação específica, exigida pela LDB, para atuarem como profissionais da educação. Ou seja, a GC encontra-se num plano de ilegalidade.

Por meio dos grupos focais e análise das portarias que norteiam os Colégios Cívico-Militares do DF, a concepção de disciplina aplicada está distante das diretrizes da educação pública do DF, tendo em vista que a compreensão de cultura disciplinar dentro do novo parâmetro de organização escolar tem como centralidade a disciplina militar, e esta não se adequa aos propósitos pedagógicos que norteiam a SEEDF. Esse entendimento se alinha à percepção dos estudantes acerca da disciplina, pois durante os grupos focais foi evidenciado que o cumprimento das normas tem se dado pelo medo das possíveis sanções.

Frente ao exposto, pode-se dizer que a disciplina militar exercida nas escolas públicas na verdade é um tipo de pedagogia da violência, sustentada pelo medo, o que demonstra uma grande falha do projeto, uma vez que a violência está sendo praticada por órgãos que deveriam prezar pela segurança. Além disso, reforça a dicotomia autoridade e autoritarismo, contrapondo-se à pedagogia Histórico-Cultural (SAVIANI, 2011).

Por fim, as contribuições aqui apresentadas têm como intenção auxiliar na construção do conhecimento em torno da gestão democrática e do compartilhamento da organização escolar entre a educação e a segurança, e como as relações de poder cotidianas têm influenciado as decisões do campo educacional. Pensar a militarização enquanto política de descentralização da educação adentra em questionamentos sobre o tipo de democracia em perspectiva e qualidade educacional que buscamos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

CARVALHO, J. F. Os sentidos da (in)disciplina: regras e métodos como práticas sociais. *In*: AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas práticas. São Paulo: Summus, 1996.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Pressupostos Teóricos. Brasília, DF: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014.

_____. Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que prevê a transformação de Unidades Escolares específicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal [...]. **Diário Oficial do Distrito Federal**: seção 2, Brasília, DF, ano 50, nº 22, p. 30, 2 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAESTRI, M. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. *In*: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **História e memórias da educação no Brasil**: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 192-210. v.1.

SAVIANI, D. A. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

WEBER, M. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1996.